

ESCOLA E A SOCIALIZAÇÃO DO MITO JOÃO PESSOA¹

José Luciano de Queiroz Aires²

Com relação às escolas, assim como Gramsci ressaltou, as consideramos aparelhos ideológicos por excelência. No livro *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, o autor apresenta a tese central, definindo os intelectuais como um grupo social *autônomo*, com uma função social de porta-vozes dos grupos ligados ao mundo da produção.

O estudo da escola em Gramsci não está separado do conjunto de seu pensamento. A instituição escolar era entendida como um “*aparelho privado de hegemonia*”³. A compreensão gramsciana de escola é de que esta estava direcionada para a construção de uma nova moral e uma nova cultura da classe subalterna, de modo a assegurar maior hegemonia sobre as demais classes e, conseqüentemente, na perspectiva da conquista do Estado. Por isso, entendia ser necessário romper com a subordinação intelectual e ideológica das classes subalternas, que se tornavam aliadas da cultura dominante ao reproduzirem sua ideologia. Ora, isso ocorria porque as concepções de mundo dos subalternos eram fragmentárias, assistemáticas e desorganizadas, constituindo o que se denomina de senso comum, produzido a partir da experiência cotidiana desses segmentos, que enfrentam conhecimentos ou saberes organizados e sistematizados dos grupos hegemônicos, de que é exemplo a memória de João Pessoa.

Rompido com o modelo do marxismo soviético da III Internacional⁴, Gramsci não se prende ao determinismo econômico e vai trabalhar no campo da cultura,

¹ Este artigo é parte do 4º capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Inventando tradições, construindo memórias: a ‘Revolução de 30’ na Paraíba”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Profª Dra. Rosa Maria Godoy Silveira, em 19 dez. 2006. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2006_mest_jose_aires.pdf>.

² Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual da Paraíba.

³ Aparelho privado no sentido de reproduzir a visão de mundo dos grupos detentores do poder, embora pudesse ser pública no sentido de pertencer ao sistema escolar estatal.

⁴ Gramsci discordava da estratégia socialista-stalinista da Internacional Comunista. Ele reconhecia a necessidade do Estado-coerção nos países em que a tradição democrática-política e a organização popular eram débeis ou inexistentes, sobretudo os “orientais”, nos quais o absolutismo monárquico imperava. Contudo, há que destacarmos, em Gramsci, a transitoriedade da “*estatolatria*”⁴, combatendo o stalinismo e a gestão burocrática do socialismo soviético. Em suma: se a *sociedade civil* é fraca antes da tomada do poder, a tarefa do Estado socialista é fortalecê-la, depois, como condição para sua própria extinção enquanto Estado, para sua reabsorção pelos organismos autogeridos da *sociedade civil*. Nesse ponto, Gramsci concorda com Lênin, quando afirma que o socialismo vitorioso não poderia consolidar sua vitória se não realizasse o integralmente a democracia. Mas ele traz elementos novos, o fim do Estado é entendido como o fim da *sociedade*

trazendo, nessa esteira, a discussão sobre os intelectuais e o papel da escola na construção da hegemonia e da contra-hegemonia.

À luz desse referencial, podemos pensar o papel das instituições escolares na disseminação da ideologia do Estado que se estrutura após 1930. A escola, sem dúvida, será um *aparelho privado de hegemonia* de grande força no tocante à socialização da memória de João Pessoa, de modo a legitimar a ordem e as diferenças sociais em nome de uma pretensa coesão social. Sobre o papel que as escolas paraibanas desempenharam na socialização da memória mitificada de João Pessoa, falamos a seguir.

Por meio do jornal *A União*, o Diretor do Departamento de Educação do Estado da Paraíba divulgava nota convidando os diretores dos grupos escolares e regentes de escolas para participarem de reuniões, em seu gabinete, a fim de traçar o programa das comemorações do 26 de julho. Também convidava as escolas, públicas e privadas, a participarem dos festejos. A programação variava, desde conferências, teatro, palestras, sessões cívicas, realizadas nas próprias instituições escolares, até a participação dessas últimas na festa oficial da praça pública. A título de programação interna de uma escola, vejamos um exemplo do município de Sapé, governado, à época, pelo prefeito Osvaldo Pessoa, irmão do ex-presidente homenageado:

- 1º- *Hino a João Pessoa*
- 2º- *Discurso da Professora Maria das Dores Silveira*
- 3º- *Conferência com o Sr. Alzir Pimentel* ⁵
- 4º- *Saudação a João Pessoa- José Pinto*
- 5º- *Que será - Violeta Dalva*
- 6º- *A Pátria- Por um grupo de alunos*
- 7º- *O Credo- Bejanita Melo*
- 8º- *Saudação à Bandeira- Rosilda Freitas*
- 9º- *Herói - Arnóbio Cavalcanti*
- 10º- *Hino Nacional* ⁶

política e não da sociedade civil. Outro ponto de discordância de Gramsci com o stalinismo reside na recusa da identificação entre partido e Estado e na defesa do Estado socialista como um Estado laico e humanista. O partido dominante não deve se confundir com o governo, e sim, um instrumento de transição da sociedade civil-política à sociedade regulada. Assim como não se deve confundir partido e Estado, muito menos se deve confundir a ideologia do partido com a ideologia do Estado, como sendo mais uma crítica ao modelo “*estatalátrico*” soviético. Gramsci discordava das diretrizes da Internacional Comunista (1929-1934) e no bojo do debate, da estratégia denominada *guerra de movimento*, na qual a tomada do poder se fazia no ataque direto ao Estado-coerção, voltada para a conquista do Estado no sentido restrito. Na linha de pensamento gramsciana, a estratégia se pautava pela *guerra de posição*, na qual as batalhas deviam ser travadas, inicialmente, no âmbito da sociedade civil visando a conquista das instituições privadas, como condição para o acesso ao poder do Estado e para sua posterior conservação. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 85.

⁵ Será o mesmo que montava guarda ao monumento de João Pessoa, em 1936.

⁶ *A União*, João Pessoa, 30 jul. 1942, p. 5.

Interessante notarmos que a comemoração se iniciava com o Hino de João Pessoa e se encerrava com o Hino Nacional. Homenageava-se o “herói”, mas, por outro lado, não se deixava por menos o culto à Pátria. A partir de 1937, com o Estado Novo, os símbolos estaduais foram proibidos de serem ostentados⁷, de tal forma que, nas festas cívicas do 26 de julho, havia a sobrevalorização da Bandeira e do Hino Nacional, com vistas a aguçar o sentimento de brasilidade, de união nacional.

Entrevistando a professora Maura Tavares⁸, do município de São João do Cariri, pudemos perceber outro método utilizado para comemorar o mito João Pessoa. Comenta a professora aposentada que

Sempre fazia, 26 de julho, sempre comemorava. Eu pelo menos fazia uma pecinha teatral dava aquela aula naquele dia e dali comentava com os alunos, um ia ser João Pessoa outro ia ser o fulano de tal Dantas, tou esquecida, outros ficavam ali como se estivesse num barzim, eu sei que enfrentava uma pecinha (...)e fazia(...) Comemorava essa data sempre (...)que era uma data cívica também como o sete de setembro como o dia de Tiradentes porque ele foi um herói que morreu pela Paraíba. Não devia ter matado mas infelizmente no nosso país é assim.

Ainda no que diz respeito a metodologias utilizadas nas escolas, com a finalidade de comemorarem o feriado do 26 de julho, e reiterarem a memória de João Pessoa, o governo legislava, obrigando a realização de preleções nos estabelecimentos de ensino, objetivando “ressaltar as atitudes patrióticas do Grande Paraibano”⁹. Legislava, ainda, no sentido de criar recursos didáticos, a exemplo do retrato do presidente morto, considerado, desde 1930, material didático para as aulas de educação moral e cívica¹⁰ e deliberando sobre a publicação de um livro didático destinado às escolas públicas, dele constando relato biográfico sobre João Pessoa¹¹.

O jornal *A União* publicou uma exposição feita pela professora Ezilda Milanez Dantas aos alunos do Grupo Escolar Álvaro Machado, em Areia, por demais ilustrativa da socialização da memória oficial da “Revolução de 30”, na escola primária. O que vemos, a seguir, é um direcionamento metodológico para a reprodução da ideologia/ história oficial, senão vejamos:

Hoje é feriado nacional... e tive o prazer de ser a escolhida para vos falar sobre essa data. Quereis que vos faça um discurso ou vos conte uma história?

ALUNOS: queremos uma história...

⁷ Após o golpe de 1937, o governo Getúlio Vargas, de modo autoritário e centralizador, baixou um decreto proibindo a ostentação dos símbolos estaduais, a fim de evitar os regionalismos e dar ênfase ao nacionalismo. Essa medida, no plano simbólico, equivalia a outras no plano político, como o fechamento das Assembléias Legislativas.

⁸ Entrevista concedida ao autor em 22 out. 2005.

⁹ *A União*, João Pessoa, 25 jul. 1942, p. 6.

¹⁰ *A União*, Cidade da Parahyba, 8 out. 1930.

¹¹ *A União*, Cidade da Parahyba, 14 nov. 1930.

Bem comumente as histórias dos meninos, começam por “Era uma vez...”

E, não querendo me afastar disso, começo do mesmo modo. Prestem bem atenção!... é uma história simples, porém repleta de grandes e belos exemplos e heróicos desenlaces!...

ERA UMA VEZ... um pequeno menino muito estudioso, inteligente e bom...

Era pobrezinho e estudava com muito sacrifício.

Nunca soube o que era felicidade, se a sua infância foi sem alegrias, a sua juventude foi rude e amarga!... mas êlle não desanimou, sempre forte, sempre a enfrentar as dificuldades que lhes surgira. (sic)

E assim foi indo dia a dia, ora dormindo ao relento aos embates das ondas, ora doente ao abandono, sem o carinho de um coração amigo, até que arrumado um emprego conseguiu mais tarde tornar-se doutor. Agora formado ei-lo a fazer jus a ótimos empregos.

Conseguiu, portanto vencer na vida!...

O sofrimento da sua infância e as grandes dificuldades com que se viu a braços na sua juventude, foi o bastante para dotá-lo de um carácter firme e sem mácula e de uma força moral que bem poucos têm conseguido possuir nos grandes momentos precisos!...

Agora tudo lhe sorria: via-se cercado de uma esposa dedicada e de seus filhinhos que o veneravam; não lhe faltando amigos e... tudo enfim, que pode satisfazer um espírito que não fosse o seu, pois não era egoísta. Se já havia vencido uma vez, podia por-se a campo novamente, auxiliando e dando um exemplo aos demais homens, e, vencer uma segunda, uma terceira vez.

Então meus caros alunos, o menino de nossa história, agora homem feito, forte, sincero, destemido, apanhou-se para uma nova luta.

E abandonando o lar felis, os amigos, as honras e todas as comodidades de que gosava, arrojou-se a sua nova empresa. ERA UM NOVO BANDEIRANTE que ia surgir!...

Porém muito mais intrépido do que aqueles que haviam explorados os nossos sertões, incógnitos, porque a sua bandeira compunha-se exclusivamente de sua pessoa e trazendo apenas como armas, a sua força moral e o seu critério.

A sua bandeira não vinha em busca de escarvisar (sic) índios, nem caçar pedras preciosas; o seu ideal era outro!...

Para campo dos seus trabalhos, não procurou os grandes centros populosos mas a sua terra natal, uma TERRA PEQUENINA E BOA.¹²

O documento é muito rico para análise. Sugere um cotejo da versão construída pela professora de Areia com os dados biográficos sobre João Pessoa. As maiúsculas do texto também são muito sugestivas. Comparar João Pessoa a um bandeirante talvez não agradasse ao homenageado, que lutara contra a hegemonia paulista. Uma outra característica ressaltada é a configuração do “herói” que luta sozinho.

¹² A União, João Pessoa, 26 jul. 1931, p. 19, grifos nossos.

A professora continua a “historinha”, destacando a “boa administração” de João Pessoa, no governo paraibano (1928-1930). Utilizando figuras de linguagem, assim se expressa, ao falar da formação da Aliança Liberal:

Mas um dia, caros mininos, (sic.) tudo mudou! O dono da TERRA GRANDE onde a terra pequena estava encravada impôs a todos um novo dono para a terra grande que era repartida entre vinte terrenos (...) O povo da terra pequena, já acostumado a repelir imposições, como a dos holandeses, a dos portugueses, a dos paraguaios, uniu-se aos habitantes de outras duas terras maiores e não aceitaram a imposição do novo dono. O nosso administrador foi o primeiro a exclamar: NEGO o meu apoio e o da minha terra pequenina, por isso o homem mau, dono da Terra Grande fez cair todo seu ódio sobre o nosso bom administrador (...) E qual um novo Vidal de Negreiros tornou-se um invencível GUERRILHEIRO.¹³

Esse documento vem, mais uma vez, reiterar a identidade do paraibano como “povo bravo e resistente” desde os tempos coloniais. Um povo que teria demonstrado esses atributos na luta contra os holandeses e portugueses, durante o período colonial, e contra os paraguaios, durante o império. Mais uma vez, sobressaía-se na valentia, agora, no combate ao “dono” da “terra grande” (governo federal encarnado no presidente Washington Luís e no novo dono imposto, isto é, Júlio Prestes) que não “respeitava” a autonomia da “terra pequena”, uma vez que sinalizava com uma intervenção federal. João Pessoa é comparado a André Vidal de Negreiros, tendo em vista o “heroísmo” advindo do gesto do “Nego”, uma vez que foi o pioneiro a enfrentar o Catete. O deslocamento discursivo é impressionante: João Pessoa vira guerrilheiro!

Evidencia-se, com bastante ênfase, a idéia da Paraíba como um estado pequeno e pobre, mas que se fez grande pelos gestos de magnanimidade de seu povo, por intermédio de seu comandante. Não é a toa que Maurício de Lacerda, nome expressivo da Aliança Liberal, a nível nacional, comparou a Paraíba, em 1930, à Sérvia em 1914, denominando-a de “Serajevo Brasileira”¹⁴.

Continuando a atividade de socialização da memória histórica dos vencedores de 1930, a professora narra a morte de João Pessoa com o seguinte teor:

Estava elle um dia a tarde a conversar despreocupadamente, com alguns amigos, numa das Terras Vizinhas que auxiliava os quilombos, quando uma bala, surpreendeu-o e prostou-o ferido da morte!... O nosso grande heróe que por sua terra tornou-se MARTIR era uma bôa estrela que nos guiava no caminho da Ordem e Progresso...¹⁵

¹³ A União, João Pessoa, 26 jul. 1931, p. 19.

¹⁴ A 28 de junho de 1914, em Seravejo, na Sérvia, que fazia parte do Império Austro-Húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando de Habsburgo, herdeiro do trono, foi assassinado por um nacionalista sérvio. Esse evento foi o estopim para a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, cujas motivações são muito mais profundas. A União, João Pessoa, 26 jul. 1931, p. 10.

¹⁵ A União, João Pessoa, 26 jul. 1931.

Uma leitura acurada desse trecho da palestra da professora demonstra, nitidamente, a construção da martirização do ex-presidente paraibano, tomando por base a sua morte. Teria João Pessoa sido pego de surpresa, na Confeitaria Glória, sem poder se defender, morrendo de forma traiçoeira. Outro ponto significativo, exposto no documento, é a forma como essa memória oficial vai definir o papel de Pernambuco naquela conjuntura histórica. Serão reafirmadas as vinculações do presidente pernambucano Estácio Coimbra, com o governo Washington Luis e com o grupo político organizador da Guerra de Princesa, através da imagem alusiva à terra vizinha que auxiliava os “quilombos de Princesa”, ou melhor dizendo, os “desordeiros”, revelando a visão estigmatizadora da professora em relação aos negros escravos. A historiografia oficial sublinha, com bastante ênfase, os embargos e proibições de entrada de armas e munições para o governo paraibano, por território pernambucano, ao tempo que o governo deste estado criava facilidades para os rebeldes de Princesa Isabel. Os perrepistas são comparados aos quilombos, por serem “arruaceiros”.

Nesse documento, também podemos observar o modelo de História factual dos “vultos” e “heróis”, inaugurado nas escolas, durante o século XIX, tomando por base o ensino no colégio Pedro II. Os sujeitos da História, segundo esse pressuposto teórico, eram os “grandes homens”, responsáveis pela condução do povo ao estágio do “progresso” e da “civilização”. João Pessoa aparece no relato como o guia, a estrela-guia a iluminar o caminho do povo na ordem e no progresso.

Voltando à questão da referida atividade pedagógica, comemorativa do aniversário de morte de João Pessoa, a professora, utilizando o método da memorização mecânica, enveredou pelo caminho da sabatina, como podemos notar a seguir:

Agora que terminei a nossa história, quero saber se vocês compreenderam-na?

Quem era esse minino (sic.) que se tornou bandeirante?

Alunos - JOÃO PESSOA.

Qual era a terra pequenina que ele tornou grande?

Alunos - O Estado da Paraíba.

O que ele exclamou quando o dono da Terra Grande impôs um novo dono?

Alunos- NÉGO...

Qual era a Terra Grande?

Alunos- O BRASIL... ..

Quaes são os discípulos de João Pessôa?

Alunos - Os que sabem bem governar com honradez e critério como José Américo etc.

Onde nasceu José Américo?

Alunos- Em AREIA.

Muito bem vocês devem se tornar bons discípulos de João Pessoa e dignos conterrâneos de José Américo.

(Canta o hino de João Pessoa)

Areia, 22 de julho de 1931.

Ezilda Milanez Dantas, professora do 6º ano do G.E. Álvaro Machado¹⁶

Como faz notar Bittencourt, “A memorização era a tônica do processo de aprendizagem e a principal capacidade exigida dos alunos para o sucesso escolar”¹⁷. Os métodos de ensino baseados na memorização correspondiam a um entendimento de que “saber história” perpassava pelo domínio de muitas informações, sabendo de cor os acontecimentos, as datas e nomes de “heróis”. Não obstante tais métodos sofrerem críticas, já no século XIX, de autores como Montessori, os chamados métodos ativos só iriam se configurar, na prática, após os anos de 1930. No entanto, no interior da Paraíba daqueles anos, vigorava as velhas práticas escolares.

A autora citada utiliza o conceito de *circularidade cultural*¹⁸ para analisar os métodos mnemônicos impregnados na cultura escolar. Para ela, a sociedade brasileira tem se caracterizado pelas tradições orais. Repetiam-se contos e histórias para criança dormir, os serões nas fazendas e nos púlpitos das igrejas, com os sermões dos vigários. No entanto, quando nasce a instituição escolar, propondo uma forma de comunicação escrita, “Os métodos criados pela escola foram obrigados a submeter-se a mecanismos já existentes para imporem o saber que ela pretendia disseminar”¹⁹. Assim, a cultura escolar/ escrita filtrará características da cultura oral, tradicionalmente arraigada nas sociedades, para utilizar métodos como a aula expositiva e o questionário, tendo os alunos a obrigação de decorarem as questões para responderem, de forma oral e/ ou escrita, nas sabatinas da vida.

Mas uma verdadeira *aula de campo* era apresentada na Praça João Pessoa, antes de 1933, ao pé do Altar da Pátria e depois, do próprio monumento do ex-presidente. Alunos, professores e diretores assistiam a “missa de réquiem”, depois peregrinavam, em romaria, da catedral metropolitana à praça. Lá desempenhavam diversas atividades: os alunos jogavam flores ao pé do Altar da Pátria ou do monumento, cantavam o Hino de João Pessoa; professores discursavam; os orfeões do Liceu Paraibano, da Escola Normal e do Colégio Diocesano, sob a regência do maestro Gazzini de Sá também entoavam o hino de João Pessoa e o Nacional.

Em artigo para o jornal *A União*, datado de 14 de setembro de 1930, Rafael Correia de Oliveira afirma que, no dia anterior, ouvira, na Assembléia Legislativa, o deputado João Maurício, em conversa, defender a idéia de que a “Paraíba nova”,

¹⁶ *A União*, João Pessoa, 26 jul. 1931, p. 19.

¹⁷ BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 68.

¹⁸ Esse conceito tem sido muito empregado pela Nova História Cultural, tendo como um dos seus referenciais Bakhtin. O conceito aborda a circulação de saberes na sociedade, rompendo uma percepção de aplastamento entre a cultura hegemônica e a cultura dos subalternos, aquela subsumindo a última; ou de dicotomia entre ambas.

¹⁹ BITTENCOURT, *Ensino de História...*, p. 72.

ao ter nova bandeira, deveria, também, ter um novo hino. Ele fala da cogitação de um concurso para esse fim, cuja melodia e letra deveriam ser compostas por “*notas agudas e imperativas, estrophes flammejantes de bravura e revolta, traços profundos da mentalidade pahaybana no instante máximo de seu nolve e destemeroso sacrificio*”²⁰. Entretanto, no projeto de lei que instituía a nova bandeira paraibana, havia um artigo que ressaltava a permanência dos demais símbolos da tradição antiga: hino, brasão e escudo.

A despeito desse dispositivo conservador, uma nova tradição foi inventada, criando-se um hino especialmente dedicado a João Pessoa. Em 22 de setembro de 1930, pouco mais de um mês após a morte do ex-presidente, o hino em sua homenagem já tinha sido gravado em disco de vinil, lançado pela Casa Edison, no Rio de Janeiro. Como a Aliança Liberal ainda não havia tomado o poder na capital federal, o que só viria a ocorrer em 24 de outubro seguinte, a polícia compareceu às casas dos vendedores, aconselhando-os a não venderem o produto. Mesmo assim, algumas delas, descumprindo os apelos militares, continuaram a comercializá-lo. O Hino de João Pessoa tem música de Eduardo Souto e letra do poeta pernambucano Oswaldo Santiago, conforme transcrito a seguir:

I

*Lá do Norte um herói altaneiro,
Que da Pátria o amor conquistou,
Foi um vivo farol que ligeiro
Acendeu e depois se apagou.*

Estrilho

*João Pessoa, João Pessoa
Bravo filho do Sertão,
Toda Pátria espera um dia
A tua ressurreição.
João Pessoa, João Pessoa
O teu vulto varonil
Vive ainda, vive ainda
No coração do Brasil.*

II

*Como um cedro que tomba na mata,
Sob um raio que em cheio o feriu,
Assim ele ante a fúria insensata
De um feroz inimigo caiu.*

III

*Paraíba o rincão pequenino,
Como grande este homem te fez,
Hoje em ti cabe todo o destino
Todo orgulho da nossa altivez.*

²⁰ A União, Cidade da Parahyba, 14 set. 1930.

Na letra, os autores iniciam com um discurso regionalista, associando o herói à sua região de origem. Ao mesmo tempo, recuperam a frase de Euclides da Cunha, na qual o escritor valorizava a fortaleza e a bravura do “homem sertanejo”, para se remeterem a João Pessoa, como sertanejo do município de Umbuzeiro. Outro traço marcante, na composição do hino, é a associação entre João Pessoa e Jesus Cristo, aludindo a “sua ressurreição”. Ao final, fica evidente a reiteração da paraibanidade, da ideia de uma “Paraíba pequena e heróica”, brava e resistente, que se fizera grande pelas mãos de seu “herói”, “herói” esse que, de “tão grande”, virou nacional.

O Hino de João Pessoa estivera afinado na ponta da língua de estudantes, professores, autoridades políticas e militares, intelectuais e a população, de um modo geral. Também esteve afinado no sopro das filarmônicas e orfeões espalhados por toda a Paraíba. Além dos orfeões das principais escolas da capital, aos quais nos referimos em momento anterior, as filarmônicas municipais também participavam das festas comemorativas do 26 de julho, como veremos no depoimento a seguir. Indagada sobre a “Revolução de 1930”, no município de São João do Cariri, a entrevistada Edite Cordeiro de Souza²¹ relatou:

Ah num lembro muito não isso ai não, mas me lembro até dos hinos de João Pessoa, que ele, mataram ele, João Dantas foi quem matou ele em Recife né? E ele tava em mesa de refeição, ele tava palestrando com uns amigos ai Dantas entrou que ninguém viu atirou no coração. Ai eu sei o hino dele todim, num vou cantar não que eu tou muito rouca. [cantou um breve refrão] (...) Meu pai era mestre de música, num sabe? E a gente era cantora, eu e outras irmãs, então, quando tirava esses hino vinha aqui pra São João pra na rua, dia da, do aniversário de morte dele cantava esses hino né? E a gente era pago. Eu era mulecota nova pequena ainda mais me lembro de muita coisa.

A fotografia a seguir, retratando uma das comemorações do 26 de julho, no município de Taperoá, reúne diversos ícones significativos para compreensão do papel da sociedade civil, a par do Estado, na construção e socialização da visão do grupo político alçado ao poder na Paraíba.

²¹ Entrevista concedida em 22 out. 2005.

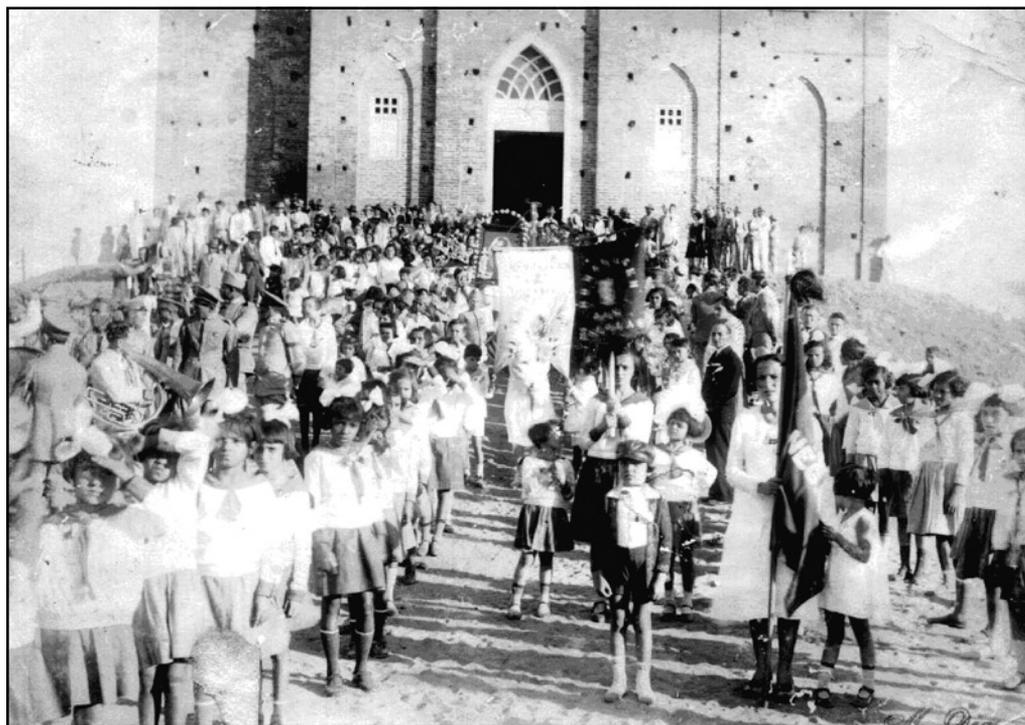


Fig. 1 - Comemorações do 26 de julho no município de Taperoá, Cariri da Paraíba.
Fonte: Arquivo Reuza Ribeiro de Queiroz, Taperoá - PB.

Ocupando o plano superior da imagem, vê-se a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, ainda em fase de construção. Templo imponente, do tamanho do poder da Igreja Católica perante a população local. Durante o processo de reformas do ensino, no período em estudo, a instituição foi um dos interlocutores dos burocratas estatais. Desde os anos de 1920, procurou

(...) ampliar sua esfera de influência política através da criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos. Reforçava obras de caridade, o alto clero esforçava-se em preservar e ampliar a presença da igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais. Em troca a igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas dos quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidade.²²

Na Paraíba, a exemplo do que ocorria a nível nacional, a Igreja Católica, sobretudo nos anos de 1930, exerceu intensa campanha anti-comunista, aproximando-se do integralismo, forjando uma imagem maléfica e assustadora do

²² BITTENCOURT, Circe. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917- 1939)*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 42.

regime soviético, e ajudando o Estado no combate à disseminação de seus partidários no Brasil, de um modo geral e, na Paraíba, em particular²³.

Voltando à análise da fotografia acima, além da instituição católica, participando da comemoração do aniversário de morte de João Pessoa, podemos observar, em primeiro plano, duas filas de alunas, devidamente fardadas e uma senhora, talvez uma professora ou diretora, ostentando a Bandeira do “Nego”. Na lateral esquerda da imagem, se encontra a Banda Filarmônica local, que sempre participava das solenidades na condição de executora dos hinos. Entre o templo e os estudantes, estava a população, em meio aos estandartes católicos e bandeiras cívicas, formando uma cena na qual se conjugavam símbolos, instituições, rituais, sagrados e profanos, unidos pelo mesmo objetivo.

Ao falarmos de educação, não a reduzimos ao processo de ensino centrado na sala de aula. Em vários espaços institucionais, os intelectuais orgânicos do grupo vitorioso em 1930 pretenderam ensinar algo. A função pedagógica da escola preenche outros espaços que não apenas a sala de aula, a exemplo da praça pública e do Altar da Pátria. Nesses espaços, também se davam lições. O jornal *A União* noticia que, nas comemorações de 1931, cerca de cinco mil alunos desfilaram em frente ao Altar da Pátria.

Em todos os espaços, o currículo aparecia como instrumento de legitimação da memória histórica de João Pessoa. Currículo, para nós, não se define apenas como a lista de conteúdos prescritos em um documento oficial, destinados a serem cumpridos em aulas. Comungamos com Berticelli, quando afirma que “*pode-se entender como currículo os conteúdos não expressos, mas latentes da socialização*”²⁴, citando Forquin, que também o define como

(...) o conjunto de competências ou de disposições que se adquire na escola por experiência, impregnação, familiarização ou inculcação difusas, ou seja, tudo aquilo que os anglófonos designam, às vezes, pelo termo de ‘currículo oculto, em contraste com aquilo que se adquire através de procedimentos pedagógicos explícitos ou intencionais.’²⁵

Ocorre que, a partir de 1931, com a criação do Ministério da Educação, o currículo passou a ser elaborado por comissões de intelectuais ligados ao referido ministério. Primava-se pela História Nacional, pelos “heróis” e vultos da Pátria. As comemorações do 26 de julho, na Paraíba, com todas as práticas pedagógicas,

²³ Sobre o assunto, além dos trabalhos de Gurjão e Santana, ver ainda a dissertação de Simone Costa sobre as noelistas, grupo ligado à Igreja Católica e que, nas décadas de 1930 e 1940, auxiliou a instituição no combate ao comunismo. GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994. SANTANA, Martha M. F. de Carvalho. *Poder e intervenção estatal: Paraíba (1930 -1940)*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1999. COSTA, Simone da Silva. *Mulheres em defesa da ordem: um estudo do núcleo noelista da Paraíba (1930-1945)*. João Pessoa: PPGH-UFPB, 2007 (Dissertação de Mestrado em História). Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2007_mest_simone_costa.pdf>.

²⁴ BERTICELLI, Irineo Antonio. “Currículo: tendências e filosofia”. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 165.

²⁵ *Apud* BERTICELLI, “Currículo...”, p. 165.

dentro ou fora da sala de aula, se inseriam no que podemos chamar de currículo oculto. Oficializadas pelo governo do estado da Paraíba, as festas cívicas, em alusão ao aniversário de morte de João Pessoa, não constavam no currículo nacional, o que não impede de se considerá-las repletas de intencionalidades e de legitimação do poder instituído. Elas ensinam, falam, formam subjetividades e identidades. Elas também reproduzem a ideologia dos grupos dominantes.

Nesse particular, não vemos incompatibilidade teórica quando pensamos a questão do currículo, entre as teorias críticas e as pós-críticas, não obstante suas elaborações do problema por ângulos diferentes²⁶. Ambas são de fundamental importância para a reflexão sobre a questão curricular e educacional, para falarmos de forma mais geral.

De um lado, fazemos coro com as palavras de Silva:

Embora seja evidente que somos cada vez mais governados por mecanismos sutis de poder tais como os analisados por Foucault, é também evidente que continuamos sendo também governados, de forma talvez menos sutil, por relações e estruturas de poder baseadas na propriedade de recursos econômicos e culturais. O poder econômico das grandes corporações industriais, comerciais e financeiras não pode ser facilmente equacionado com as formas capilares de poder tão bem descritas por Foucault. De forma similar, o poder político e militar de nações imperiais como os Estados Unidos não pode ser facilmente descrito pela “microfísica” foucaultiana do poder.²⁷

A visão do macro-poder permite a apreensão da atuação do Estado e seus aparatos bem como dos grupos sociais que lhe dão suporte e nele se representam, na formulação de suas políticas de memórias, que lhe conferem direção, hegemonia. A visão de micro-poderes possibilita a apreensão das concepções das instituições e grupos da sociedade civil que ou se articulam com o poder do Estado na capilarização da visão hegemônica sobre o mundo e a própria sociedade, ou formulam visões de contra-hegemonia. Estas últimas pouco espaço tinham na Paraíba, na época em estudo, embora se manifestassem.

De outro ângulo, no nosso modo de entender, o referencial teórico pós-crítico vem enxergar algumas questões que os críticos não colocaram por uma série de razões, entre as quais a própria temporalidade em que formularam suas teorias. Entretanto, não vemos grandes problemas em analisar o objeto currículo a partir

²⁶ Ao lado de Deleuze e Derrida, Foucault inaugura as chamadas Teorias Pós-Críticas de Currículo. Estas se aproximam das Teorias Críticas, para se diferenciarem das Tradicionais, através do conceito de *poder*. Para ambas, o currículo não é algo inocente, muito pelo contrário, ele é carregado de intenções. No entanto, ambas se distanciam no momento em que definem o conceito de *poder*. As Teorias Críticas o abordam pelo ângulo da economia política marxista, numa visão mais centralizada do poder, expresso no Estado e nas classes que o sustentam. Na percepção Pós-Crítica foucaultiana, o poder é descentrado para dar maior visibilidade à noção de micro-poderes, disseminados em vários espaços da sociedade.

²⁷ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 145.

de conceitos como ideologia, hegemonia, reprodução, e, ao mesmo tempo saber, poder, identidade e formação de subjetividades. São olhares diferentes, focos diferentes, pensados em contextos históricos diferentes, porém, o fato de uma vertente se configurar mais atual não significa que vertentes teóricas produzidas em outros tempos devam ser, peremptoriamente, rejeitadas em seu todo. Se assim fosse, cada vertente teórica seria um puro ato fundador inaugural, perdendo de vista a sua própria historicidade. Marx não deveria crédito a Hegel, mesmo refutando o seu pensamento, Foucault não deveria tributos a Nietzsche. Estamos de acordo com a concepção da historiadora Rosa Godoy, no tocante às perspectivas multidimensionais em detrimento das abordagens simplificadoras das análises históricas. Como afirma Silveira,

*Vale dizer que a crítica ao unidimensionalismo de perspectiva não cabe só ao economicismo marxista, mas ao culturalismo, ao politicismo, etc; e que, sendo crítica ao economicismo marxista também deve sê-lo ao economicismo liberal capitalista em sua linearidade mercadológica, crítica esta quase ausente nos meios acadêmicos, o que, no mínimo, é estranho ou revelador.*²⁸

Fizemos uso dessa passageira discussão teórica a fim de sistematizarmos nosso olhar sobre a escola, o currículo e a socialização da memória histórica da “Revolução de 1930” na Paraíba.

Como já fizemos notar em passagens anteriores, ao comemorar o 26 de julho, a escola se colocava como aparelho de hegemonia, para retomar Gramsci. Pensando pelo lado das teorias pós-críticas, podemos dizer que o currículo também é um formador de identidades e subjetividades, uma vez que os discursos instituídos vão acabar formando o que somos e o que pensamos. O eu e o outro, ou a identidade e a alteridade, permeiam a linguagem da memória oficial da “Revolução de 1930”. Essa construção identitária sintetiza-se na paraibanidade, da qual já falamos em outras passagens desse texto. O “ser paraibano” era motivo de orgulho, tendo em vista ter sido o “pequenino” estado, pelo gesto do “grande homem”, o originador da “Revolução de 1930” e, portanto, fundador da “República Nova”. O Outro, os que não estavam com a Paraíba e a Aliança Liberal, eram representados como “arcaicos” e “passivos” diante da política café-com-leite. Ao construir essa identidade de “povo paraibano”, “bravo e resistente desde os princípios”, havia um esforço extraordinário de homogeneização da forma de pensar os acontecimentos da época e, assim, atingir uma adesão ao grupo vencedor, tendo João Pessoa como elemento congregador. Nesse movimento de homogeneização político-simbólica, aqueles que não sentiam pertencimento a essa visão de mundo instituinte, os derrotados de 1930, são relegados aos subterrâneos da memória, memória que se oficializa excluindo o grupo perrepeista, por aquela referido nos termos de um passado que se quer apagar neste momento inaugural, fundante, de um “novo tempo”.

²⁸ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “A formação do profissional de História para o século XXI”. Conferência proferida no XI Encontro Estadual de História (ANPUH-PB), em Campina Grande, 14 jul. 2004.

Assim, ao mesmo tempo em que o currículo reforçava essa identidade, também podemos entendê-lo como formador de subjetividades. Vejamos:

*O director do Ensino Primário determinou às escolas escolas públicas desta capital e do interior, que promovam amanhã, a realização de sessões cívicas, às 15 horas, commemorativas da passagem do 3º aniversário da morte do presidente João Pessoa. Os professores deverão fazer uma prelecção sobre a vida do inesquecível parahybano, apontando-o aos seus alumnos como um exemplo a imitar.*²⁹

Como podemos inferir, o currículo era instrumento de poder fortemente marcado pela formação de subjetividades, na medida em que inculcava valores morais constelados no mito, a ponto de sugerir que os alunos deveriam seguir o exemplo de vida do ex-presidente.

*Bourdieu questiona frontalmente a neutralidade da escola e do conhecimento escolar, argumentando que o que essa instituição representa e cobra dos alunos são, basicamente, os gostos, as crenças, as posturas e os valores dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como cultura universal. A escola teria, assim, um papel ativo - ao definir seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação - no processo social de reprodução das desigualdades sociais.*³⁰

Rezando, estudando, soprando, cantando, noticiando, fotografando... assim ia sendo cristalizada a memória mítica de João Pessoa. Memória construída culturalmente, com o objetivo, explícito ou implícito, de manter a estabilidade e a coesão social, uma memória que se pretendia ser de todos os paraibanos, que almejava ter o apoio de diversos segmentos sociais com vistas à legitimação do bloco hegemônico após 1930. Diversas instituições se encarregaram de exercer um verdadeiro *Poder Simbólico*, esse poder que, segundo Bourdieu, se constituía

(...) pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico em forma de uma “ illocutionary force” mas desta- entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a

²⁹ A União, João Pessoa, 25 jul. 1933, p. 8 (grifos nossos).

³⁰ NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins & NOGUEIRA, Maria Alice. “Pierre Bourdieu - Sociologia da Educação: limites e contribuições”. *Revista Educação & Sociedade*, v. 23, n. 78, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 26 ago. 2006.

*subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, a crença cuja produção não é de competência das palavras.*³¹

Durante os quinze anos da Era Vargas, período delimitado para este trabalho, foi constante a reiteração de tal simbologia, por meio das práticas das comemorações cívicas, que expressavam a ideologia das elites que comandavam a Paraíba, cooptando segmentos da sociedade civil da capital e de outras localidades do estado.

Dessa forma, o *Poder Simbólico*, da memória construída sobre João Pessoa, era socializado por várias instituições e segmentos, se estendendo aos grupos populares, não por meio da violência física, mas pela estratégia da violência simbólica, fazendo uso do poder de mobilização, de enunciação e de crença na legitimidade das palavras de quem as pronunciava.

Talvez - e fica aberto mais um campo temático a futuras investigações - o fato deste poder simbólico não ser reconhecido como arbitrário tenha advindo de um meio social receptivo à figura do presidente assassinado, a que se soma a comoção com a sua morte. Por outro lado, não se pode esquecer que os vencedores de 1930 foram extremamente eficientes e ágeis na elaboração dos *efeitos de sentido* em torno de João Pessoa na produção de lugares de memória, na ocupação de espaços institucionais de socialização do mito. Prova disso é a persistência desse mito para além do período desse estudo, praticamente até os dias atuais, quando a polêmica acerca da mudança do nome da capital paraibana evidencia que a disputa simbólica emergente nos anos trinta ainda não se encerrou, apesar dos mais de três lustros que nos distanciam dos acontecimentos que a instituíram.

Considerações Finais

Buscamos, nessa parte de nosso trabalho, tecer algumas considerações a título de inferências de nossa pesquisa.

A construção do mito João Pessoa e sua socialização podem ser entendidas como uma vitória dos liberais contra os perrepeistas. Havia uma verdadeira batalha entre memórias, uma guerra simbólica que se arrasta pelos dias atuais. Porém, nos anos 1930/ 40 (e hoje?), a munição dos liberais era superior, o terreno da luta os favorecia. Tinham em mãos o comando institucional, o que foi decisivo para a materialização da sua memória, colocando-a como a memória coletiva de todos os paraibanos.

De modo que, após a morte de João Pessoa, espalharam-se pelos quatro cantos do Brasil *lugares de memória* com o objetivo de eternizar o mito. São nomes de logradouros públicos, monumentos e praças públicas, bandeira, hino, o nome da capital paraibana, a escrita da História e a institucionalização do feriado do 26 de julho com toda uma gama de comemorações cívicas.

No nosso modo de entender, essa sistematização da memória mítica de João Pessoa atendeu a dois objetivos, em momentos diferentes, embora convergentes. Entre julho e outubro de 1930, a apropriação dessa carga memorial visava legitimar

³¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989, p. 14-15 (grifos nossos).

o golpe de Estado, após derrota eleitoral de Getúlio e João Pessoa, nas eleições de março. Foi uma vitória. Em 3 de outubro estourava, na Paraíba a “revolução” que destituiu, em 24 de outubro, Washington Luis do Catete. A partir de então, a memória de João Pessoa e da “Revolução de 30”, imbricadíssimas, era demasiadamente utilizada a fim de legitimar o Estado Nacional autoritário que emergia daquela conjuntura política, e seus representantes no comando do aparelho de Estado paraibano, sempre encarnados na figura transcendental de João Pessoa.

Em nome de João Pessoa, a Aliança Liberal casou e batizou. A princípio planejou e conseguiu tomar o Catete. *A posteriori*, rachada, suas duas alas planejavam suas ações tomando o “herói” como ponto de partida. O PP invocava João Pessoa para legitimar José Américo, que se tornou ministro de Vargas. O PRL incorporava o espírito de João Pessoa para tentar a continuidade da família no comando do estado, apostando em Joaquim Pessoa para substituir o irmão. Pelo visto, a alma do ex-presidente paraibano não descansava em paz. Era acionada do além, para trabalhar em prol das querelas terrenas. Foi assim que, em 1932, o interventor Gratuliano de Brito, ao discursar para os soldados paraibanos que partiam para combater os paulistas, se expressou:

*(...) Marchae soldados da Parahyba que a Victória é certa. Só tenho duas cousas a pedir-vos: no aceso do combate, lembre-vos de que antes de tudo soes parahybanos e que o espírito de João Pessoa paira por sobre as vossas cabeças, illuminando a vossas trincheiras e abençoando a vossa bravura.*³²

José Américo, discursando em São Paulo, não deixava por menos: “... *E dar a São Paulo a certeza que estamos dispostos a derramar todo o nosso sangue para não macularmos o sangue de João Pessoa, para não sermos infiéis ao sacrifício do nosso grande mártir*”³³.

Em nome da memória de João Pessoa, os interventores paraibanos governaram. Buscaram legitimação. É tanto que festejaram sua memória anualmente, no 26 de julho. Procuravam, por meio de um sujeito singular coletivo chamado “*povo paraibano*”, coesão social, evitando todos os tipos de lutas e conflitos, apresentando uma imagem oficial de “*Paraíba unida*”, como se todos comungassem com a memória criada em torno daquele mito. Sendo assim, empurravam para os subterrâneos do silêncio as memórias das elites perrepistas derrotadas no plano político e simbólico. Essas tentavam aterrisar, tomar fôlego, gritar, pediam, desesperadamente, que alguém as ouvisse. E houve quem as escutasse, mas em outras redes de sociabilidades, sobretudo, as familiares, por meio da tradição oral.

Aqui cabem algumas interpelações, uma vez que não temos respostas para tudo, seja pelos limites de documentação, seja por não se constituir foco central de nossa proposta. Mas seria interessante perguntarmos: Como se comportava um aluno perrepista ao ter que estudar e/ ou comemorar a memória oficial de João Pessoa? Como se sentia um fiel Católico em uma missa em que o sermão do vigário

³² Apud GURJÃO, *Morte e vida...*, p. 114.

³³ GURJÃO, *Morte e vida...*, p. 115.

era apologético a João Pessoa? Como procedia um perrepista ao ter que dizer “moro na rua João Pessoa” ou “vou viajar para João Pessoa”? São tantas questões, talvez a história oral não se apresente eficientemente para ser utilizada como metodologia, tendo em vista o recuo no tempo histórico, passados mais de setenta e cinco anos de 1930. De qualquer forma, não custa tentar, pois, se não temos tantos sujeitos que rememorem os acontecimentos vividos pessoalmente, podemos apelar para aqueles que “viveram por tabela”, para utilizarmos a expressão de Pollak³⁴.

Na cultura histórica paraibana, o maniqueísmo tem sido bastante utilizado nas análises sobre a “Revolução de 30”, ocultando as articulações entre os dois grupos e qualificando os liberais como os “bons” e os perrepistas como os “maus”, parecendo muito mais brincadeiras infantis de mocinho e bandido. A historiografia oficial teve condições contextuais e institucionais de sair na frente e de escrever várias obras sobre a “Revolução de 1930”, ao passo que o único livro perrepista, no período imediatamente subsequente (até 1945), padeceu perante a oficialidade e circulou na clandestinidade. Dessa forma, a versão dos vitoriosos se materializava rapidamente, a reboque do IHGP. Durante muitas décadas, foi assim, e, ainda hoje, existe uma continuidade nessa apologia pessoista na cultura histórica contemporânea. Entretanto, temos rupturas. Primeiro com a publicação de obras perrepistas, entre elas o livro de Inojosa, encomendado por João Pessoa de Queiroz em 1930, com primeira edição no ano de 1980. Segundo, e por último, com o avanço dos cursos de Pós-Graduação no país, de História, Sociologia, Ciência Política, a tendência é a produção de alguns trabalhos que vão fugir das abordagens simplificadoras e maniqueístas dos acontecimentos para entendê-lo em sua complexidade, de que se revestem as tramas históricas.

Por último, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre a participação dos segmentos populares no processo de constituição de memória estudado nesse trabalho. Ao que parece, foram eles socializados nessa memória mitificada. Como vimos, o Estado procurava cooptá-los no sentido de conferir homogeneidade político-simbólica, criar um corpo político em torno dos governantes, buscando diluir os conflitos. A idéia era mais ou menos assim: Amai João Pessoa, que amareis a Paraíba e o Brasil. No entanto, essa idéia iria dar legitimidade para conduzi-los ao rumo do “progresso” e do “desenvolvimento”. Amar a Paraíba e o Brasil perpassava pela idéia cristã do “amai-vos uns aos outros como eu vos amei”, lembrando os evangelhos com os quais a Igreja Católica combatia o comunismo e defendia o integralismo. Assim, com efeito, procurava-se dar legitimidade ao governo vigente que, apesar de auto-nomear-se “revolucionário”, e mesmo considerando-se as reformas empreendidas pelo regime varguista, era- na Paraíba- ainda controlado pelas elites agrárias. Nesse caminho do “progresso” e do “desenvolvimento”, todos deviam fazer a sua parte, mas cada qual no seu lugar. Assim, aos trabalhadores cumpria trabalharem, sem questionamento, sem conflito,

³⁴ Pollak refere-se à transmissão da memória através da tradição oral, de modo que quem viveu os acontecimentos rememora a quem não vivia à época que, por sua vez, passa a “*vivê-los por tabela*”. POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 4 mar. 2006.

sem criticidade. Comungamos com a historiadora Eliete Gurjão, que afirma que quando os trabalhadores se unem e ameaçam com resistência, as elites se esquecem das querelas oligárquicas e se unem contra a força do mundo do trabalho.

O povo sempre foi invocado no processo de construção da memória de João Pessoa: era importante ter as massas a favor, pois, assim sendo, mantinha-se um Estado, aparentemente, de todos.

RESUMO

Este trabalho trilha os caminhos da memória, das tradições inventadas, do simbólico. É do nosso interesse discutir a construção da memória mitificada de João Pessoa, o processo conflituoso dessa construção histórico-cultural e o poder simbólico expresso na institucionalização dessa memória. A quem interessava a construção dessa simbologia? Esse é o norte do nosso trabalho. Buscamos aporte teórico na Nova História e na sociologia francesa, abordando os diversos *lugares de memória* sobre João Pessoa, desde os nomes de logradouros públicos, monumentos, bandeira e hino, até a materialização da História em livros e da socialização dessa memória organizada por várias instituições, nas comemorações do feriado do 26 de julho.

Palavras-Chave: “Revolução de 1930”; Tradições Inventadas; Lugares de Memória.

ABSTRACT

This work explores the field of memory, invented traditions and of the symbolic. It intends to discuss the João Pessoa's mythic memory construction, the conflicting process of this cultural-historic construction and the symbolic power expressed in this memory institutionalisation. Who's had some interests in this symbolic construction? This is the focus of this paper. Based upon New History and French Sociology, treating on various *memory sites* about João Pessoa, since streets names, monuments, flag and hymn, until the History fixed through books and the socializations of this memory by some institutions on July 26th holiday celebrations.

Keywords: 1930 Revolution; Invented Traditions; Memory Sites.